

ID: 119340859

28-09-2025 | P2

Um problema que nunca desapareceu Barracas em Lisboa

Reportagem Os preços da habitação subiram de forma explosiva e ressurgiram na área de Lisboa aqueles que ficaram conhecidos como “bairros de barracas” nos anos 90. Outros cresceram. São lugares sem acesso legal à água ou luz, sem saneamento da rede pública, sem habitação digna. A dimensão do problema é incomparável à do passado, quando nem tudo ficou resolvido – mas agora reemerge em força

Por **Teresa Serafim** texto e **Daniel Rocha** fotografia

A gosto de 2025. “Lili” vive numa meia-casa, uma casa cortada ao meio. Chão de cimento, paredes de tijolo, tecto de chapa. A água vai sendo puxada e não há luz. A mulher de 64 anos dorme na divisão que restou inteira: um quarto. Senta-se num banco naquela que já foi uma sala e conta-nos como aqui chegou.

Lili (como é conhecida Dionísia Furtado) veio de Cabo Verde para Portugal em 2001. Até 2020, morou numa casa na Amadora onde pagava 350 euros por mês. Nesse ano, o valor aumentou para 700 euros. O rendimento de um trabalho num supermercado e num centro comercial não chegavam para a renda e despesas. Acabou

por vir para um bairro de habitações precárias e ilegais, onde conhecia pessoas.

É na Estrada Militar da Mina que tem vivido. A casa começou por ser de madeira e depois pediu ajuda para que se tornasse de alvenaria. Pagou os materiais. Este ano, a autarquia da Amadora deitou abaixo metade. Lili não se esquece do dia: “Fiquei a tremer. Alguém me segurou a mão e a máquina chegou.” Mandaram-na ir à câmara. Ela foi. Disseram-lhe que tinha de arranjar um quarto. Não conseguiu com os pouco mais de 500 euros de reforma por invalidez. Hoje é a horta a meio de um caminho de terra da sua meia-casa que lhe dá ânimo.

Muitos julgavam o problema resolvido, mas os bairros (ou apenas pequenos núcleos) com casas precárias sem acesso a

luz e água construídas de forma ilegal ainda fazem parte da realidade da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Depois de um programa dos anos de 1990 – o Programa Especial de Realojamento (PER) – que prometia acabar com as barracas nas zonas metropolitanas, eis que surgem notícias do seu regresso em municípios da área de Lisboa.

Nunca desapareceram. Com o PER, muitos desses bairros foram eliminados e houve municípios que garantem ter resolvido os núcleos identificados, mas restaram vários. Entretanto, as condições de alguns bairros foram melhoradas, e conseguiram, por exemplo, acesso legal à água ou electricidade, ficando sobretudo por resolver questões de propriedade. Outros bairros mantiveram condições de

grande precariedade, tanto no que respeita aos materiais nas casas como às infra-estruturas.

É em vários desses lugares que se tem observado um aumento de construções após a pandemia de covid-19. E têm surgido outros. O seu crescimento é acompanhado pela subida exponencial dos preços das casas. Alguns especialistas defendem que se chegou até aqui devido à falta de investimento e medidas estruturadas ao longo de muitos anos. Só em 2017 é lançada a Nova Geração de Políticas de Habitação e, em 2021, surge o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que vem financiar programas como o 1.º Direito. Mas o que se tem feito para resolver o problema? E como chegámos até aqui?





Ilusão do fim das barracas

Recuemos aos anos de 1990. Lisboa seria a Capital Europeia da Cultura em 1994 e era véspera da Expo '98. Às portas da cidade, avistavam-se os que ficaram popularmente conhecidos como “bairros de barracas”. A presidência aberta de Mário Soares (1924-2017) na Área Metropolitana de Lisboa em 1993 deu visibilidade à situação. Reportagens mostravam condições de vida muito precárias.

A percepção desta realidade não começava aqui. Anos antes especialistas e autarcas tinham feito levantamentos e apontavam para centenas de milhares de habitações precárias e ilegais. Muitas delas já nem eram de chapa de zinco e madeira, tinham-se erguido em alvenaria por quem

Em crescimento

Em Penajóia (em cima), em Almada, haverá mais de 2000 habitantes — o bairro não tem parado de crescer, sobretudo após a pandemia de covid-19, em 2021. Há materiais de construção por todo o lado; prevalecem as casas em tijolo cru que têm vindo a ser melhoradas. O bairro está em terrenos do IHRU e o Governo diz ter um plano de acção para esta área, mas não se conhecem pormenores do que aqui será feito

trabalhava na construção civil — as designadas “casas autoconstruídas”. Mas faltava saneamento básico, luz legalizada e infra-estruturas.

É em 1993 que surge o PER que tinha como objectivo “a erradicação definitiva das barracas existentes nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto” — assim o declarava o Decreto-Lei 163/93. Houve um recenseamento aos bairros e existiu investimento público. Um dos objectivos era acabar com os bairros de barracas através da edificação de grandes conjuntos habitacionais.

Isabel Guerra, coordenadora de uma avaliação de meio percurso do PER em 1997/98 feita pelo Centro de Estudos Territoriais do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa para o Instituto da Habitação e da

Reabilitação Urbana (IHRU), lembra que antes, na capital, já o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) começara “a levantar o problema”. Sobre o PER, recorda que “não foram levantamentos fáceis pelo desordenamento dos bairros”. E era difícil encontrar muitas pessoas durante o dia, porque iam trabalhar. Entre os desafios, enumera o quão árduas foram as negociações com municípios, que tinham de recensear, construir e realojar.

O PER permitiu que se terminasse com muitos bairros de barracas, mas Isabel Guerra nota que este está longe de ser um programa onde correu tudo bem. Como aspectos positivos, aponta a “retoma da problemática da habitação para a esfera pública” ou o acesso a casas para →

ID: 119340859

28-09-2025 | P2

milhares de famílias. Já como negativos, indica que “não foi uma medida de política coerente e estruturada no tempo”; teve como “pecado mortal” ser apenas direccionado para as “pessoas em barracas e não para [todas as] mal alojadas”; ou gerou uma concentração de bairros de realojamento.

Também Sílvia Jorge, investigadora do Centro para a Inovação em Território Urbanismo e Arquitectura do Instituto Superior Técnico, frisa que o PER “não ficou totalmente coberto” e que os levantamentos não consideraram que a realidade é dinâmica. “As famílias foram-se alargando, outras foram-se instalando e deu-se sobretudo resposta [aos dos levantamentos de 1993]”, lembra sobre as pessoas que foram ficando de fora do programa, mas que também deviam ter sido integradas. Da mesma forma, alerta que se “quebraram relações de vizinhança” e que as pessoas foram afastadas dos locais onde viviam, sem equipamentos e sem transportes.

Os bairros de barracas incluídos no PER nunca desapareceram por completo. Mesmo reconhecendo os problemas sociais que criou, Gonçalo Antunes, investigador da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, considera que “houve um trabalho absolutamente extraordinário” na resolução de muitos núcleos. Embora na esfera pública se julgasse este um problema resolvido, diz que, “de forma residual”, alguns nunca se resolveram e têm crescido com a crise na habitação. Outros surgiram. Mesmo assim destaca que a dimensão actual “é absolutamente incomparável” à que existia nos anos de 1990.

Quisemos perceber a situação actual de núcleos que têm barracas ou habitações que precisam de algum tipo de legalização. Visitámos sete bairros na AML e questionámos o que se tem feito para se resolver o problema.

Um espelho do que não se resolveu

Talude Militar, Catujal, Loures

Origem: no pós-25 de Abril, construído sobretudo em terreno privado, ao longo da antiga Estrada Militar. **Como se vive:** há construções mais antigas em alvenaria com acesso a água e energia; as mais recentes são em chapa de zinco e madeira, sem infra-estruturas.

Número estimado de habitantes: inquérito de 2023 contabilizou 277 pessoas, mas, com o crescimento do último ano, podem ser o dobro.

Situação actual: foi incluído no PER, mas nunca se resolveu. Está na Estratégia Local de Habitação de Loures, mas não há um plano conhecido.

A certa altura, os focos viraram-se para o Talude Militar: em Julho, retroscavadoras deitaram abaixo mais de 50 casas de chapa de zinco e madeira. Dezenas de moradores manifestaram-se contra a acção e tentaram impedi-la. Foram travados à força por polícias de intervenção. Mais de 100 pessoas ficaram sem o único tecto que tinham: dormiram em tendas. Na altura, foram poucas as que aceitaram soluções de autarquia – um mês de renda e de caução. Disseram que não era uma opção “real”, porque não conseguiriam pagar os meses seguintes. Providências cautelares têm impedido mais demolições.

Regressando ao Talude dois meses depois, há ainda marcas do que foi abaixo.

Já outras construções voltaram a ser erguidas. Tentamos abordar os moradores, ninguém se mostra disponível. Há medo de que aconteça de novo. É meio-dia e muitos nem estão no bairro porque foram trabalhar.

Só Engels Amaral, de 40 anos, aceita falar. O porta-voz da comunidade vive no bairro há um ano e diz que já não se dorme em tendas: “Vem aí o tempo frio. Não podemos ficar na rua!” Não há acesso a água potável e electricidade. A energia vem de pequenos painéis solares. Desde que ali está, o são-tomense, que tem dois filhos de dois e cinco anos, viu várias demolições, incluindo duas da sua casa. Voltou a erguê-la.

Engels Amaral reitera que as famílias estão ali porque não conseguem pagar uma casa. Ele próprio, que recebe o ordenado mínimo, conta que, na última tentativa, lhe pediram 850 euros por mês, mais três cações e um rendimento anual de 30 mil euros. O mesmo ocorre com outros residentes, muitos são-tomenses: vários trabalham na construção civil, nas limpezas ou são motoristas, mas não conseguem pagar uma renda. Por agora, pede que “haja bom senso” e se inicie um diálogo com a autarquia.

A história do Talude começou nos anos de 1970, quando se foi construindo ao longo da antiga Estrada Militar, que vai de Caxias até Sacavém. Foi já no início dos anos de 1980 que Rolando Borges, hoje com 55 anos e gestor de projectos da Associação para a Mudança e a Representação Transcultural, chegou com a família através do “passa-palavra”. Recorda que vieram para aqui morar pessoas do Norte e Sul de Portugal ou da comunidade cabo-verdiana que vinha trabalhar na construção civil. Fizeram casas em tijolo e, com o tempo, conseguiu-se água e energia. Houve uma creche. Há uma oficina, restaurante e cafés, produz-se grogue.

O bairro foi incluído no PER e houve moradores que foram realojados, mas o programa não se cumpriu. Com o tempo, as casas antigas ficaram com boas condições, mas estão ilegais. Nos últimos anos, com os preços da habitação a subir, as barracas feitas para dar apoio às hortas foram servindo como solução pontual para viver. Este ano, entre Março e Julho aumentaram de cerca de 40 para 192.

As demolições são constantes no Talude – mais de 100 desde 2022 – e há destroços também na parte antiga. Mas a dimensão e o processo de demolições de Julho impressionaram quem conhece bem o bairro. O movimento Vida Justa tem criticado a câmara e a falta de soluções. O presidente da autarquia, Ricardo Leão, acusa o movimento de “manipulação” e apresentou uma queixa ao Ministério Público por um ocupante estar alegadamente a “comercializar” barracas.

O bairro é o mesmo, mas há uma linha imaginária entre a parte antiga e a recente. Há quem fale de tensões causadas por “puxadas”. Há quem se mostre cansado por tanto lutar e a situação não se resolver. Há quem peça diálogo para que tudo melhore. É o caso de Miguel Magalhães, de 22 anos, que sempre viveu no Talude, e pede que exista “mais compreensão”.

Não é permitido construir. Além de a maioria do terreno ser privado, há condicionantes como as redes de alta tensão e a instabilidade geológica. E quais as soluções da câmara? O bairro está incluído na Estratégia Local de Habitação e estão previstas medidas como “aquisição, reabilitação e arrendamento para subarrendamento”. Mas não se conhece um programa concreto. Rolando Borges indica que está a ser criada uma cooperativa de habitação, há conversas com o proprietário do terreno, assim como uma proposta de realojamento em preparação.

Joana Pestana Lages nota que “houve um

Ponto da situação dos bairros de barracas na região de Lisboa em 1993

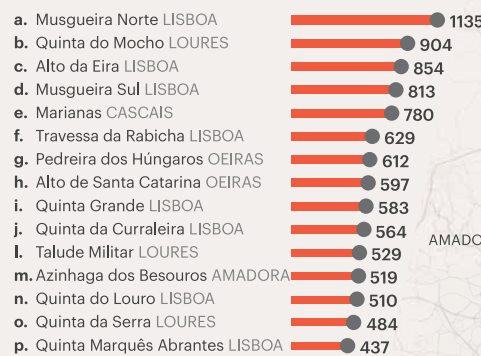
Em 1993, quando o Programa Especial de Realojamento (PER) foi lançado, os núcleos com barracas multiplicavam-se pela área de Lisboa. Às portas capital, ao longo da antiga Estrada Militar, ou na Margem Sul, à vista de todos, viviam milhares de pessoas sem acesso a água potável, sem luz legal, sem uma habitação digna

PER na Área Metropolitana de Lisboa (AML) em números

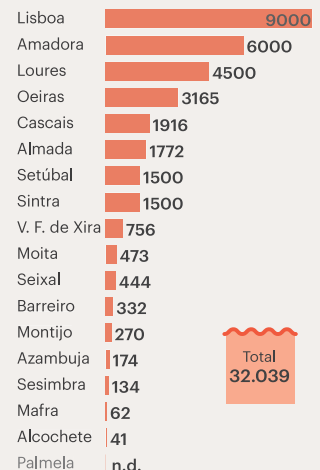


Os maiores núcleos com barracas na AML em 1993

Agregados familiares



Número de barracas em 1993 na AML



Fonte: Experts/ PER-ATLAS/ICS. Respostas das autarquias entre Ago. e Set. de 2025. Estratégias Locais de Habitação realizadas entre 2019 e 2022. Confidencial Imobiliário, Censos 2021, Diagnóstico das Condições Habitacionais Indígenas: Habitação PRR - AML 2021/2026 (Nov. de 2022) PÚBLICO



aumento da precariedade habitacional após a pandemia muito impulsionado pela crise na habitação”. Na sua maioria, a investigadora do Iscte diz que o crescimento se tem verificado na “densificação de núcleos pré-existentes que não se resolveram”, como o Talude. Mas alerta que é necessário entender as diferentes categorias de precariedade neste e noutros bairros: “Podem ser habitações muito precárias abarracadas de chapa e lona, mas há outras que são de alvenaria, com algumas condições e infra-estruturas deficientes, mas que não estão ao mesmo nível de precariedade”, alerta.

E porque nunca se resolveram todos os bairros do PER? Gonçalo Antunes avisa que a resposta “é complexa”. “Em alguns municípios não houve vontade política”, indica. Também menciona dificuldades orçamentais ou questões fundiárias. De algo tem a certeza: estas situações voltaram “em força” devido aos preços da habitação que “subiram de forma explosiva”.

Uma repetição de outros tempos

Estrada Militar da Mina, Mina de Água, Amadora
Origem: foi incluído no PER, já existindo antes dos anos 1990.
Como se vive: há casas precárias feitas de alvenaria, chapa de zinco e madeira. Não há acesso a água potável ou às redes públicas de electricidade e de esgotos. Existem hortas e criação de animais.
Número estimado de habitantes: 424 pessoas distribuídas por 142 famílias.
Situação actual: incluído na Estratégia Local de Habitação da Amadora, mas não se conhece um plano concreto.

No mesmo dia em que foram deitadas abaixo mais de 50 barracas no Talude, demoliram-se outras oito no bairro da Estrada Militar da Mina, na Amadora.

Ignalda Pina, de 50 anos, chegou a ter um aviso para a demolição da câmara, mas uma providência cautelar travou a acção. Certo é que a incerteza não desapareceu: “Tenho medo do que possa acontecer.”

Sentada numa cadeira, num pátio rodeada de familiares e amigos, conta que vive neste bairro há dez anos. Veio de São Tomé porque a sua mãe já estava em Portugal. A sua casa de tijolo por dentro e de chapa e madeira por fora é a única que conhece aqui. A água e a luz chegam por puxadas. É empregada doméstica, mas um problema na mão não a deixa trabalhar mais horas para que consiga receber mais de 440 euros por mês, além da segurança social.

É mãe de filhos de 12, 11 e duas de oito anos. As gémeas andam a correr de um lado para o outro entre estendais. Têm sonhos: querem ser polícia e dentista. É Ignalda que nos conta e, assim que olha para elas, lacrimeja. “Desejava que tivessem uma vida melhor. Sem esta ameaça das demolições...” Respira fundo e diz que, se tivesse uma casa com uma renda que conseguisse pagar, já tinha aproveitado: “Com o que ganho, não dá... Já procurei e é impossível.”

Andando por caminhos de terra, com algumas subidas de onde se vê o centro da Amadora, encontramos Sónia Varela, de 46 anos. Vive no bairro há quase dois anos. A auxiliar de saúde morava antes num quarto no Cacém, mas aumentaram-lhe a renda. “Na altura, recebia 700 e agora são 890 euros. Tinha de pagar mais de 500 euros só em renda e contas. E o resto?” Procurou apartamentos e pediam-lhe mais de 1000 euros. Entretanto, ergueu a própria casa. Pagou os materiais, mas falta a luz da rede, a água, o saneamento adequado. Sónia Varela preferia ficar aqui, onde tem familiares e amigos, com mais condições.

Este é um dos núcleos de habitação precária e ilegal que a câmara da Amadora quer resolver até 2029 e que estava incluído no PER. O município foi o último a assiná-lo. A autarquia refere que “os últimos 30 anos de política municipal de habitação foram marcados, principalmente, pela erradicação de núcleos de habitação precária e pelo realojamento de famílias”. Entre 1995 e 2024, indica que apoiou 4209 famílias com diferentes programas e que o seu parque habitacional é constituído, sobretudo, para realojar pessoas que

Promessas

À esquerda, crucifixo numa casa do bairro da Estrada Militar da Mina, na Amadora — este é um dos núcleos de habitação precária e ilegal que a câmara quer resolver até 2029 e que estava incluído no PER; em cima, família no bairro do Raposo, em Almada, onde não há água e energia da rede, nem saneamento

“Tivemos um grande período quase sem políticas públicas de habitação. Diria que a principal foi o apoio no acesso ao crédito. O problema da habitação não pode ser só visto com números. A habitação não é só casa: é a localização, o acesso a serviços e equipamentos. É a capacidade de ter uma vida digna”
Sílvia Jorge

estavam em casas precárias. Quanto às soluções para a Estrada Militar da Mina, refere que está incluída na sua Estratégia Local de Habitação. Não há indicação de um plano concreto.

Ana Rita Alves, que conhece os moradores, assinala que qualquer solução tem de passar por um diálogo. “Tanto quanto sei, não foi oferecida uma solução real às pessoas”, nota. A antropóloga refere que o bairro é formado por famílias, muitas delas com menores. Ao olhar para o que está a acontecer no núcleo, considera que “há uma repetição do que aconteceu noutros tempos”, em que o Governo recrutou imigrantes para suprimir a carência de mão-de-obra no país, mas não se preocupou em “criar um contexto de possibilidade habitacional digna”.

Retratos da crise da habitação

Penajóia e Raposo, Caparica e Trafaria, Almada
Origem: são recentes. Apareceram sobretudo após a pandemia de covid-19.
Como se vive: construções feitas de tijolo e coberturas em chapa de zinco. Não há água e energia da rede, nem saneamento. Há cabeleireiros e cafés.
Número estimado de habitantes: serão milhares de pessoas — poderão ser mais de 2000 só em Penajóia.
Situação actual: bairro está em terrenos do IHRU e Governo diz ter um plano de acção, mas não se conhece o que será feito.

No Penajóia, entra-se pelos caminhos de terra batida e não é preciso andar muito para se perceber que tem sido um bairro em crescimento. Há materiais de construção por todo o lado. Encontramos Helena Brito, de 55 anos, antes apanhar quatro transportes para ir trabalhar para Lisboa. Vive neste bairro há três anos. Morou antes em Lisboa, mas deixou

ID: 119340859

28-09-2025 | P2

de conseguir pagar a renda com os 640 euros que recebe num trabalho de limpeza. Partilha com sete pessoas uma “casa de tijolo”, que diz ter sido feita por familiares. Veio de Cabo Verde para Portugal em 2001 e os filhos já cá nasceram. Sabe que as condições em que está não são as melhores.

A situação de Elisângela Sanches, de 43 anos, não é muito diferente. Vivía no Cacém e após o aumento da renda viu na Penajóia uma solução. Veio para uma casa “tipo abarracada”, onde montou um café com pratos africanos. Conta que a câmara e o IHRU, às vezes, vêm ao bairro e espera uma “solução positiva”. É-lhe indiferente se se criam mais condições aqui ou que venha a conseguir pagar uma renda fora: “O ideal seria sair daqui para uma casa digna, mas se for para sair daqui para viver mal, prefiro aqui ficar.”

Quase a pegar-se à Penajóia, o Raposo tem os mesmos desafios. Gilson Torres, de 29 anos, conta que aqui chegou com a mulher, que trabalha num restaurante, depois de terem vivido numa casa na Graça, em Lisboa, onde pagavam 700 euros por mês. Depois receberam uma ordem de despejo. O electricista, que também é artista musical, relata que tentou encontrar uma casa com uma renda adequada ao que recebiam, mas que não conseguiu. O Raposo foi o caminho. Pagaram a construção da casa de tijolo e cobertura de chapa. O cabo-verdiano, que teve formação em informática, faz parte de um grupo que está a fazer uma comissão de moradores.

Passamos por ruas estreitas. Subimos um caminho de terra inclinado e encontramos a casa de José Semedo. Netos, filhos e amigos almoçam a ver televisão. Foi José que aqui chegou primeiro há dois anos, depois de ter vivido num quarto por 500 euros. Veio para o Raposo, onde diz que há dias difíceis quando não há água e luz. “Se o Governo as legalizasse, pagávamos e vivíamos bem.”

Estes bairros estão em solos do IHRU. Os terrenos do primeiro estão integrados no Plano Integrado de Almada, um projecto financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). A autarquia descreve-o como “um aglomerado de construções de génese ilegal que surgiu recentemente” e que ainda não está na sua Estratégia Local de Habitação. Alerta que tem “notificado o instituto para que procedesse à reposição da legalidade” e que considera “gravosa a falta de resposta”.

Num debate recente, a propósito das eleições autárquicas, a presidente do município, Inês de Medeiros, relatou que, na Penajóia, há “um negócio escandaloso, onde as pessoas estão a comprar casas, o que significa que se estão a endividar”. A autarca informou que perguntou ao IHRU se quer que se instale pontos de água ou iluminação, mas não teve resposta. O Ministério da Habitação diz apenas que há um plano de acção que “está a ser implementado” e que terá contributos da autarquia a apresentar em reuniões de trabalho. Não dá pormenores.

Joana Pestana Lages descreve que a Penajóia surgiu da “densificação de um pequeno núcleo” e que se tem verificado uma “construção acelerada e organizada”. O crescimento aconteceu muito depois da pandemia e “acentuada pela questão de pessoas que deixaram de conseguir pagar casas e quartos”. Rita Silva, activista do

Vida Justa, avisa que, se não se fizer nada, haverá “um grande desastre”, até porque há também quem “construa em sítios escondidos, zonas de risco ou escarpas inclinadas”. Defende ainda que, enquanto não se concretizar um programa especial, se “melhore a forma como se vive”.

Um impasse que cresce em altura

Segundo Torrão, Trafaria, Almada

Origem:

há mais de 70 anos, com casas de pescadores e tendas para as férias de Verão; mais tarde foram edificadas casas de forma ilegal. A maior parte dos terrenos são privados.

Como se vive: casas precárias sobretudo em alvenaria. As mais antigas tiveram acesso legal a água e luz, mas a maioria com puxadas. Saneamento não é da rede pública — há fossas e, em algumas situações, ligações a uma conduta.

Número estimado de habitantes: serão mais de 2000 pessoas em mais de 300 agregados.

Situação actual: a Estratégia Local de Habitação só menciona construção para 95 agregados, que foram realojados após uma demolição em 2022. Não há plano conhecido para os restantes.



A vida de “Mimi” (como Carminda Calado é conhecida) foi passada no Segundo Torrão. Chegou quando o bairro era feito de barracas de madeira. Ficou a viver aqui, numa casa em tijolo, em frente ao mar. Criou os filhos, trabalhou como doméstica, mas diz que nunca conseguiu ter um rendimento que permitisse pagar uma renda. Hoje, com 64 anos, tem naquele que foi o seu quintal um café e mercearia: “Faço uns 300 euros por mês.” Não tem saneamento, usa uma fossa, mas diz ter água e luz. O seu medo são as marés vivas: “O mar galga isto tudo!” Pede que deem mais segurança à frente ribeirinha.

Também “Faísca” (como chamam a Paulo Silva) está há uns bons anos no bairro. Nos primeiros tempos, era vizinho de pessoas de Alfama ou da Mouraria, em Lisboa. Depois vieram imigrantes das antigas colónias. Quando era presidente da Associação de Moradores do Segundo Torrão, garante que tentou encontrar melhores condições para a água e energia, mas que não se chegou a bom porto. A olhar para o mar, o morador de 59 anos confessa-se desalentado porque diz ter tentado arranjar soluções, em conjunto com a Câmara de Almada, mas que foi tudo por água abaixo. Sobre os últimos tempos, afirma estarem a ser feitas “construções descontroladas”.

Há desânimo nos relatos de moradores. Muitos já nem reconhecem Faísca como presidente da associação. Dizem-nos que falta uma voz que represente o Segundo Torrão. Quem o pede é Carla Mendes, de 49 anos: “Gostava que alguém metesse a mão nisto. Tínhamos de ter uma associação de moradores!” A dona de uma



mercearia e café viveu toda a vida no bairro, após a sua família ter vindo da Brandoa. Não sabe de grandes soluções e recorda que o desânimo tem pairado no bairro, sobretudo desde as demolições de casas que estavam em cima de uma vala.

António Pedro, de 27 anos, vivia numa dessas casas. Até há três anos, só tinha morado no Segundo Torrão. A família veio de Alfama e ele cresceu aqui. Sempre se lembra do bairro assim, mas com menos primeiros andares. Em 2022 teve de sair porque lhe disseram que a sua casa estava numa zona em perigo de ruir. Agora mora no Laranjeiro. Por vezes, o mecânico vem ao bairro ter com amigos: “Por lado, é um paraíso, por outro, é precário, mas há

piores.” Não gostava que fosse abaixo, mas sabe que os moradores têm de ter melhores condições. É por isso que aponta como melhor solução o realojamento no próprio local.

Não são conhecidos os planos para este bairro em terrenos que pertencem à Administração do Porto de Lisboa e a privados. A câmara indica que este é um dos núcleos do PER por resolver. Na Estratégia Local de Habitação, apenas há a menção aos realojamentos das casas demolidas devido à vala e a autarquia destaca que foram abrangidas 196 pessoas. Apenas se sabe que o anterior executivo estava a elaborar um plano de pormenor, que previa o realojamento num bairro a construir em terreno municipal, mas que nunca chegou a avançar.

João Cão, investigador e antigo morador, nota que os grandes desafios do Segundo Torrão “são a relação conflituosa com o Estado e a pouca segurança num futuro em que exista habitação digna”. Recorda que não é só marcado pela precariedade, mas que há uma comunidade que tem vindo a perder a confiança, depois de ter tido vários diálogos e promessas de realojamento da autarquia. E tem crescido? João Cão julga que se tem vindo a “ampliar verticalmente”.

Como se chegou aqui? Sílvia Jorge responde que, depois do PER, não houve programas a sério para a habitação. “Tivemos um grande período praticamente sem políticas públicas de habitação. Diria que a principal foi o apoio no acesso ao crédito.” É em 2017 que é lançada a Nova Geração de Políticas de Habitação, incluindo o 1.º Direito, que se dirige à resolução de situações de indignidade habitacional de famílias que não têm capacidade financeira para suportar o



Moradores

Ao lado, linha de casas no Segundo Torrão, na Trafaria, um dos mais antigos bairros de barracas da área de Lisboa; em cima, moradores entre as ruínas do bairro de Santa Marta, em Corroios, Seixal; em baixo, bairro do Zambujal, em São Julião do Tojal, Loures

“ Houve um aumento da precariedade habitacional após a pandemia muito impulsionado pela crise na habitação. [Verificou-se] uma densificação de núcleos pré-existentes que não se resolveram. (...) Podem ser habitações muito precárias abarracadas de chapa e lona, mas há outras que são de alvenaria
Joana Pestana
Lages

Quando há 30 anos Rosa Guedes veio de São Tomé para Portugal, ficou em Santa Marta. A sua vida melhorou e a família comprou uma casa na Cruz de Pau, no Seixal. Mais tarde, o marido ficou desempregado e só o seu rendimento como empregada de limpeza não suportava a mensalidade no banco. Tiveram de entregá-la e voltar ao bairro. Da mesma forma, agora com 70 anos, nos diz que, se conseguisse pagar uma renda, voltaria a sair. A sua esperança foi o realojamento, mas, até agora, nada.

Nascida e criada no bairro, Irina Lopes, de 34 anos, transmite que se tenta construir uma vida de bairro em Santa Marta. Recorda que, na sua infância, havia um acompanhamento “muito bom” da Santa Casa da Misericórdia. Agora, como presidente da Associação Raízes do Bairro de Santa Marta, está a tentar remodelar um espaço para crianças. Mas não esconde as dificuldades que se vivem: “Durante o Inverno, é a electricidade. No Verão, a água.”

A sua casa foi construída pelo avô e ficou para a família, mas diz notar que, desde a pandemia, houve “um aumento significativo de pessoas oriundas de São Tomé”. A maioria das casas, mesmo precárias, é de alvenaria. Só as mais recentes, que foram demolidas, eram de madeira e chapa. Sobre o realojamento, só sabe que está suspenso. E o que querem as pessoas? Irina Lopes fala numa vontade mista: há quem queira sair, mas não consegue; e há quem sugira que se melhorem as condições.

Andamos por arruamentos de terra batida. É preciso atravessar poças da água que escaparam de esgotos improvisados. À porta de casa, a ler um livro, está Arlindo Andrade, de 57 anos: faz parte do grupo que quer sair. “A água e a luz é uma confusão...”, queixa-se o cabo-verdiano. Desde os anos de 1990 que passa temporadas em Santa Marta, onde tinha familiares. É pedreiro e fez a sua casa. Enumera inúmeros projectos de construção civil em que participou no país – recebia 900 euros por mês. “Fui à câmara e disseram que não têm lugar. Estou à espera...”

Já Josias Luís Pedro preferia ficar no bairro, mas com melhores condições. “Deixavam-nos reabilitar as casas. Somos uma comunidade!” Hoje com 34 anos, chegou em 1991 com a família: Lembra-se de ter uma infância “livre”, mas também de “ver situações difíceis”. Por vezes, o bairro é notícia por violência ou questões ligadas à droga. Josias Luís Pedro, que trabalha na

construção civil, acredita que é possível fazer deste um sítio melhor.

Ana Catarino, que integra a cooperativa de investigação Criar Cidade, considera que o maior desafio para o bairro é que a câmara “entenda a vida que aqui acontece, em vez de pensar só num modelo de realojamento”. “A construção democrática da cidade passa por trabalhar com os moradores a solução para as suas vidas, percebendo que sabem o que querem.” A câmara do Seixal nota que as casas são marcadas “por precariedade construtiva, com paredes de tijolo, telhados de zinco e ausência de infra-estruturas básicas”. Também considera que “é um aglomerado de problemáticas sociais, ambientais e urbanísticas, onde se verifica uma forte exclusão social e desigualdade”, situando-se em terreno privado.

Como o núcleo nunca foi resolvido, o município indica que, com o PRR, se abriu “uma possibilidade de apoio”. Santa Marta foi dividido por sectores para que, por fases, se fizesse o realojamento para outro local. Até ao momento, só aconteceu com 28 famílias e “sem que exista qualquer aprovação formal por parte do IHRU”. A autarquia refere que “a falta de resposta” do instituto tem impedido que o processo continue e que já “avançou com cinco milhões de euros para aquisição e reabilitação de habitações”, pois tem sido esse o modelo do executivo, em vez da construção de grandes núcleos, como se fez no PER. Prevê-se que o realojamento em Santa Marta seja feito com financiamento do PRR, que surgiu em 2021 e que Sílvia Jorge descreve “como a principal alavanca das políticas públicas de habitação em Portugal”, financiando programas como o 1.º Direito. Mas este instrumento traz consigo uma corrida contra o tempo e acabam por ser os municípios com mais capacidade os que conseguem atrair mais fundos. “Partimos mancos porque não fomos capazes de perceber que nem todos os municípios têm a mesma capacidade”, alerta. E têm-se aumentado o parque habitacional? “Não necessariamente”, responde. Grande parte do financiamento tem servido para reabilitação, como os edifícios do PER, que pouco tinham sido intervencionados e que tinham “pouca qualidade construtiva e urbanística”.

custo do acesso a uma casa digna. Na sua preparação, faz-se o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional, e surgem estratégias locais de habitação. Apesar da existência destes instrumentos, a investigadora salvaguarda: “O problema da habitação não pode ser só visto com números. A habitação não é só casa: é a localização, o acesso a serviços e equipamentos. É a capacidade de ter uma vida digna.”

Querem continuar a vida de bairro

Santa Marta, Corroios, Seixal

Origem: nos anos 1960, com vagas migratórias dos PALOP. Os primeiros habitantes vinham trabalhar para a construção civil e indústria metalúrgica.

Como se vive: na maioria, as casas são de alvenaria, mas precárias. Não há saneamento ou infra-estruturas de água e electricidade. O sistema de esgotos foi improvisado pelos moradores e, em alguns casos, está ligado à rede pública. Há hortas e cafés.

Número estimado de habitantes: 645 pessoas em 220 famílias.

Situação actual: processo de realojamento aguarda aprovação do IHRU. Foram realojadas 28 famílias em 2024.



A vontade de ter uma voz

Zambujal, São Julião do Tojal, Loures

Origem: há mais de 40 anos, com a ocupação de habitações pré-fabricadas que tinham sido abandonadas.

Como se vive: há 203 casas pré-fabricadas ocupadas a seguir ao 25 de Abril, onde há saneamento, água e luz — é o Bairro CAR do Zambujal; ao lado, há 39 barracas sem acesso legal a água e luz.

Número estimado de habitantes: cerca de 1000 pessoas.

Situação actual: aprovado estudo prévio para realojamento de famílias do Bairro CAR, mas a câmara diz que o projecto não avança por falta da cedência dos terrenos do IHRU para o município. →



ID: 119340859

28-09-2025 | P2

Numa zona mais rural de Loures, com casas rasteiras, temos encontro marcado com Tânia Brito. É ela que nos vai guiar e explicar que há quatro realidades no Zambujal. A primeira e aquela em que vive é o núcleo com 203 casas pré-fabricadas – o designado Bairro CAR do Zambujal. As habitações foram feitas para um centro de apoio a refugiados (daí o CAR), criado após o 25 de Abril. Nunca foram entregues e começaram a ser ocupadas nos anos de 1980.

Tânia Brito vive desde sempre numa dessas casas. Hoje com 28 anos, já só se lembra de ter água e luz, mas sabe que os pais não tinham essas condições nem saneamento: “Para irem buscar água para cozinhar ou para a higiene, tinham de ir à fonte.” Agora tudo está garantido e tem-se aproveitado para fazer melhorias nas casas. A arquitecta diz que a grande problemática

é a dos terrenos, porque as casas ocupadas estão num terreno do IHRU.

Praticamente encostado ao bairro CAR, está um núcleo de 39 “casas autoconstruídas”, como os próprios moradores lhes chamam. As ruas são bem mais estreitas. Os fios emaranhados em postes denunciam puxadas. Água escorre no chão. Não há correio – vai todo para a associação. Nas construções mais abarracadas, há telhados com partes de madeira e paredes com tijolo cru. A certo ponto, encontramos destroços de antigas construções – são as marcas deixadas pela demolição de cinco habitações precárias ilegais em 2024.

Nunca ninguém as limpou, mesmo em frente à porta de Tereza Landim, de 50 anos. “Não gosto nada de ter isto aqui, até porque há ratos...” Além disso, traz-lhe a má memória do dia da demolição

“
A política de habitação em Portugal tem sido feita aos soluços
Teresa Ramos

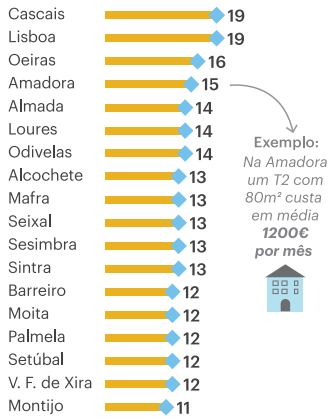


Retrato da habitação precária na Área Metropolitana de Lisboa em 2025

Nos últimos anos, têm ressurgido alguns bairros de barracas e crescido os que nunca tinham sido resolvidos no PER. Durante muito tempo escondidos, mas hoje cada vez mais visíveis, vivem neles milhares de pessoas sem acesso legal à água e luz nem saneamento. Como chegámos até aqui? E o que se tem feito para resolver a situação?

Valores das rendas por metro quadrado

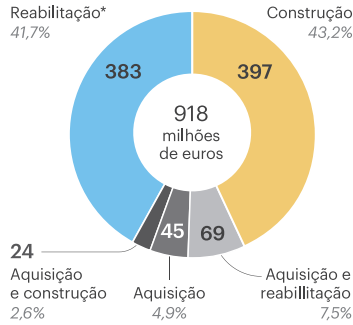
Valores de Julho de 2025 para a renda média contratada, em euros



Para onde está a ir o apoio do PRR na habitação

Dados da AML até ao final de 2024

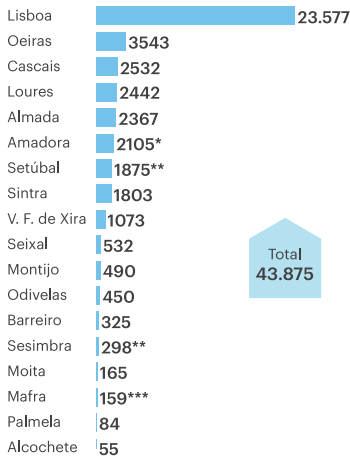
Distribuição do financiamento



Zonas ou bairros com barracas em 2025, segundo os municípios



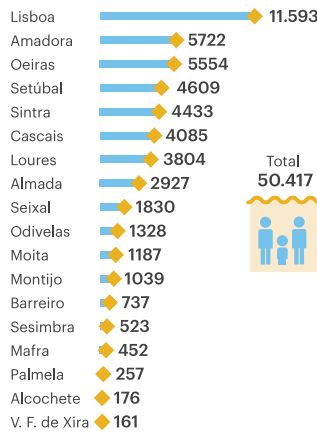
Número de habitações municipais



*Sobretudo para realojamento de núcleos precários
só de arrendamento apoiado; *Arrendamento apoiado 145; Arrendamento acessível 14

Agregados a viver em situação de indignidade habitacional*

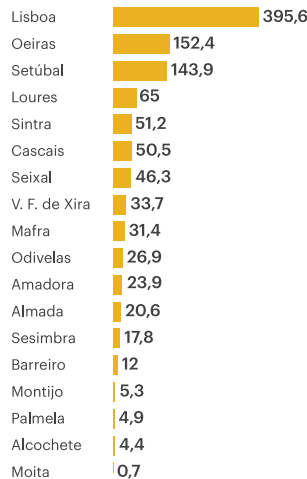
Dados de um diagnóstico da AML em 2022



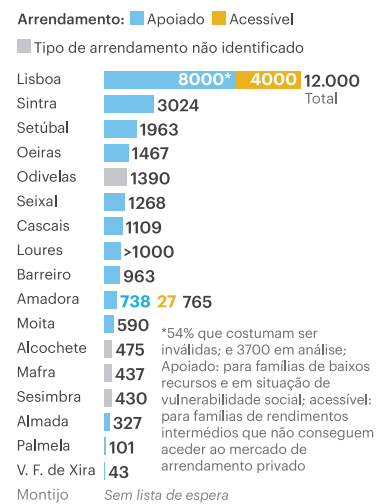
*Sobrelotação, insalubridade e insegurança, inadequação, precariedade e taxa de sobrecarga relativamente aos rendimentos

Financiamento do PRR para habitação, por município

Em milhões



Listas de espera por habitações municipais





ordenada pela Câmara de Loures. A empregada de limpeza chegou a Portugal de Cabo Verde há 25 anos. Veio com a filha para que pudesse fazer um tratamento à vista. O marido, que é ferreiro, já cá estava. A casa precária onde vivem foi bem mais precária: era um barracão de madeira. Melhoraram-na com tijolo. Já se habituou a viver assim, mas também afirma: “Se me oferecessem uma casa para pagar renda, ia!”

Nas proximidades, há ainda outras duas realidades: a povoação de São Julião do Tojal, com GNR, lojas ou escola; e uma Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI), uma zona urbana com construções irregulares que têm de passar por um processo de regularização.

A câmara de Loures menciona que a “resolução do Bairro CAR do Zambujal depende do IHRU”, que é o proprietário do terreno. Refere ainda que, apesar de ter aprovado “um estudo prévio para o realojamento das famílias no âmbito do 1.º Direito, o processo não avançou por falta de cedência dos terrenos ao município”. Chegou a estar no PER, mas não se resolveu. Joana Pestana Lages considera que os desafios do bairro são “menores comparativamente aos de outros”, porque tem “uma situação até urbanisticamente bem resolvida, porque resulta da ocupação de pré-fabricados e que, no fundo, seria regularizar a propriedade”.

Tânia Brito anda preocupada com o futuro. Hélder Furtado, também morador, junta-se a ela. Apenas sabem que, no anterior executivo, havia um projecto para construir nos terrenos do bairro 420 fogos supostamente com habitações térreas que “manteriam a sua identidade”. Com a mudança de presidência, mudou-se para a edificação de um complexo que pode destruir equipamentos sociais. Agora, querem perceber qual é, de facto, o plano. “É importante que a câmara oiça a comunidade”, alerta Hélder Furtado, de 41 anos, que aqui vive desde 1983.

Como se pode resolver?

Faria sentido um novo PER? Gonçalo Antunes considera que não tem de ser um “novo PER para demolir e construir bairros de habitação pública”. Para o geógrafo, poderia ser “um PER adaptado”, que retirasse ideias ao antigo programa, mas no sentido de “habitação de pequena dimensão” ou com apoios no mercado de

arrendamento. Mais importante do que lhe chamar “novo PER”, frisa, é que se crie “um programa nacional para resolver estas situações”. Mas, no fundo, destaca que isso até já se previa com o 1.º Direito.

Silvia Jorge indica vários passos que têm de ser dados. Primeiro, refere que as respostas têm de ser transversais a todo o país e “combinadas em função de cada território e situação”, assim como ser necessário envolver as pessoas. Depois, assinala que se tem de pensar que, especificamente na AML, o problema tem de ser encarado a uma escala metropolitana. Por fim, avisa que o mercado tem de ser regulado e que tem de se construir mais habitação pública.

Já Joana Pestana Lages destaca que é preciso fazer “um levantamento a sério” dos núcleos de casas precárias. A investigadora diz que só assim se poderão desenvolver respostas e saber que tipo de soluções podem ser aplicadas – tanto as que as pessoas preferem, como as que os municípios têm capacidade para dar.

O Ministério da Habitação apenas responde que o IHRU já fez uma actualização do número de construções precárias ilegais no país, mas não adianta números. Só refere que está a “realizar o levantamento social”. Quanto ao que planeia fazer, também só refere que as medidas estão definidas nos programas do actual e anterior Governo. Nos últimos dias, anunciou-se que está formalmente contratado o financiamento de 1340 milhões de euros para construção e reabilitação de 12 mil habitações.

Oeiras e Cascais sem barracas

Oeiras e Cascais eram dois dos municípios com núcleos de barracas nos anos de 1990 – mas desde o início do século que dizem ter desaparecido dos seus territórios. O presidente da câmara de Oeiras, Isaltino Morais, garante que resolver o problema foi sempre um dos seus designios. “Quando me candidatei, pela primeira vez, disse que ia acabar com as barracas e chamaram-me utópico”, recorda. Em 1986, estavam identificadas mais de 5000 no concelho. O autarca lembra que, nessa altura, era possível usar programas de financiamento do Instituto Nacional de Habitação ou da Caixa Geral de Depósitos e avançou com uma estratégia.

Quando o PER chegou, as barracas tinham sido reduzidas para 3185 e Isaltino

Encruzilhadas

Da esquerda para a direita, “Lili” naquilo que restou da sua casa, no bairro da Estrada Militar da Mina, depois de uma operação de demolições ordenada pela câmara da Amadora; morador do núcleo habitacional do Talude Militar, no Catujal, Loures, o bairro que nos últimos meses se tornou mais mediático por causa das demolições de mais de 50 casas de chapa de zinco e madeira — mais de 100 pessoas ficaram sem o único tecto que tinham; crianças no Talude Militar, com a Ponte Vasco da Gama como pano de fundo — este bairro começou a ser erguido logo após o 25 de Abril ao longo da antiga Estrada Militar; há construções mais antigas em alvenaria com acesso a água e energia, mas as mais recentes são em chapa de zinco (como a de baixo) e madeira, sem infra-estruturas

Morais recorda que o município estava mais preparado do que outros para aplicar o programa. Para o cumprir, foi preciso “persistência e muita vontade política”, afirma. “Nem toda a gente queria que se acabasse com as barracas. Havia grupos ligados ao tráfico de droga ou interesses vários. Havia bairros em que só eu entrava!” Também lembra que, na altura, as pessoas “nem tinham consciência do direito à habitação”. Com o fim das barracas, considera que se vislumbrou uma oportunidade de crescimento para o concelho: “Ao mesmo tempo que erradicávamos barracas, Lisboa passava por uma fase depressiva e achámos que poderíamos atrair empresas.” Hoje, diz que há tentativas para voltarem a ser construídas e que a câmara impede que se avance.

Sobre os municípios com situações mais preocupantes, alerta que deveriam ter aproveitado “na altura própria”, nos anos de 1990, mas que a “maior parte não tinha uma cultura de habitação”. Agora considera que devem apostar nas verbas do PRR e no 1.º Direito. Mas aponta para a génese do problema: “Ao longo dos 20 anos, os Governos não apoiaram a habitação.”

Em Cascais, havia mais de 2000 famílias a viver em barracas em 1993. Teresa Ramos, que coordenou o gabinete do PER no concelho, considera que o município se distinguiu por dois motivos: por um lado, as construções para realojar foram feitas em pequena escala, de forma dispersa e integradas na malha urbana — o que marca uma diferença relativamente a Oeiras. Por outro, começou a trabalhar-se dois anos antes do realojamento, tanto nos bairros de barracas como nas zonas de acolhimento, onde já viviam outros moradores.

Para a antiga funcionária da autarquia, não há dúvidas que as situações actuais só se resolvem com investimento em medidas habitacionais e de integração. “A política de habitação em Portugal tem sido feita aos soluços”, descreve. No controlo de novas construções precárias, mais do que a fiscalização, insiste que é “essencial ter uma resposta para diferentes grupos”.

É por tudo isto que Silvia Jorge deixa um alerta: “A habitação reentra na agenda quando passa a afectar a classe média. Mas este sempre foi um problema: os mais vulneráveis sempre viveram em precariedade habitacional e ninguém dizia nada.”





Barracas em Lisboa A falsa ilusão do fim de um problema P 4 a 11

ID: 119340859

28-09-2025 | P2



MIQUEL SILVA



FOTOGRAFIAS: DANIEL ROCHA



MIQUEL SILVA



Barracas O regresso

Um problema que nunca desapareceu na Grande Lisboa P2



MIQUEL SILVA

